Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS
Ata da 117ª Reunião Ordinária da CT-OL - 22/08/2025 - 9h00
Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
AEAP	Maurício Magossi (T)
	Aline Pontes e Costa (S)
BRK Ambiental Limeira	Daiane dos Santos Cardoso (S)
	Wesley Rodrigo dos Santos (S)
CATI	Antônio Lopes Júnior (T)
DAAE – Rio Claro	Ricardo Buiocchi Bossi (T)
DAE Americana	João Marco Alves de Oliveira (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
	Cláudia Debroi de Campos (S)
	Danilo Resende de Moraes (S)
	Nádia Zacharczuk (S)
	Rita de Cassia Canieo Garcia (S)
DAE Valinhos	Camila Augusto Euphrosino (S)
Dedini S/A	Igor Alessandro Serra (T)
	Lucinéia Cristina Vitti Prata (S)
Edisonda	Letícia dos Santos Daleffe (T)
	Sara Giandomingo (S)
	Ygtea Ciriano Castellano (S)
GEOBLUE	Christine Andreassi Ahlgrimm (T)
INEVAT	Cecília de Barros Aranha (T)
	Michele Consolmagno (S)
P.M. de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
	Thais Regina Vicente (S)
P.M de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M. de Indaiatuba	Adriano Prochowski (T)
	Alex Augusto de Abreu Bovo (S)
P.M de Itatiba	Lucas Marino Vivot (T)
P.M de Itupeva	Jaqueline Salvador Leite (T)
P.M de Jundiaí	Cláudia Debroi de Campos (T)
P.M de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
P.M de Rio Claro	Amanda Viana Galanti (S)
	Katia Curado Nolasco (S)
P.M de Salto	Bianca Piratello Camargo (S)
P.M de Valinhos	Marina Boralli (T)
Química Amparo Ltda	Karla Torres Nascimento (S)
	Stephani Cristine de Souza Lima (S)
SAA	Antônio Lopes Júnior (T)
SAAE Atibaia	Uelinton Ramos Matias (T)
SAAEJA	Gleice Giovanna Aparecida Baceto Montagna (S)
	Luciana Carla Ferreira de Souza (S)
SABESP	Pedro Cardoso Franco de Camargo (T)
	Paulo Levy de Souza Rodrigues (S)
SANASA	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
	Thais Regia Vicente (S)
SINDAREIA	José Edvaldo Tietz (T)
	Jorge Edison Di Rito (S)
SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano (T)
	Cláudia Hornhardt Siqueira Fonseca (S)

Entidades ausentes
ASSEMAE
Elogi Soluções Ambientais
P.M. de Hortolândia
P.M. de Louveira
P.M. de Morungaba
P.M. de Várzea Paulista
SAAE Salto
SANEBAVI

Demais presentes	
Agência das Bacias PCJ	Daphenes Vargas
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso da Silva
	Tainá Lima de Moura
Câmara de Municipal de Piracicaba	Liliane Cristina Trevisan
P.M de Indaiatuba	Vanessa Kuhl

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos vinte e dois dias de agosto de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, a 117ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 15 de agosto 2025.

1. Abertura da 117ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL): A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, representante da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) e coordenadora da CT-OL, e pela Sra. Cláudia Debroi de Campos, representante da DAE Jundiaí e Prefeitura Municipal de Jundiaí (P.M de Jundiaí) e coordenadora-adjunta. Em seguida, a Sra.

Ariana agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. **2. Informes:** A Sra. Ariana passou para os informes. **2.1. Informes da Coordenação:** Não houve informes. **2.3. Informes dos membros:** A Sra. Ariana consultou os membros se havia informes, mas não houve solicitação. **2.3. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) apresentou os informes SE/PCJ: **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-OL e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante da seguinte entidade: i. Geoblue: solicitando a inclusão do Sr. Vinicius Marques Montebello como representante suplente. Como essa alteração é de entidade já participante, a Sra. Tainá destacou que o informe é apenas para ciência sem a necessidade de aprovação dos membros da CT; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal (*link*) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** Informou que a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) está organizado o 6º Webinário "Conversando sobre o Rio Jundiaí – Desafios do enquadramento". O evento irá ocorrer no dia 23/09/25, de forma virtual, pela plataforma do YouTube. As inscrições podem ser realizadas por meio do link, disponível no site dos Comitês PCJ na seção "Eventos"; **d) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT-OL será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 (link) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da

Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste link; **e) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre a próxima reunião dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo a 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ1) no dia 29/08/25, às 9h00, por videoconferência, com transmissão pelo YouTube. Mais informações podem ser obtidas na agenda do site dos Comitês PCJ; **f) Próximas reuniões da CT-OL:** informou as próximas reuniões da CT-OL do 2º semestre de 2025, previstas para ocorrer nos dias 15/10/2025, presencial em Campinas/SP e 12/12/2025 por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na agenda da CT-OL no *site* dos Comitês PCJ; **g) NewsComitêsPCJ:** A Sra. Tainá convidou aos membros para acessar a Newsletter Comitês PCJ, portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso pode ser feito pelo link. **3. Aprovação das minutas de ata das reuniões anteriores:** A Sra. Ariana informou que a minuta da ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-OL, realizada em 27/06/25 e da 116ª Reunião Ordinária da CT-OL por videoconferência em 16/07/2025, ambas por videoconferência, foram enviadas aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo solicitações, colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Apresentação do Plano de Trabalho – Biênio 2026-2027:** A Sra. Ariana apresentou o Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas, e explicou que esse documento é estruturado em três categorias: **i.** demandas da Agência das Bacias PCJ e da Secretaria Executiva (Categoria A); **ii.** temas para discussão da CT-OL (Categoria B) e **iii.** eventos (Categoria C). Ressaltou que, para a elaboração adequada do plano de trabalho, é essencial que os temas estejam alinhados com as atribuições da respectiva Câmara Técnica. Nesse sentido, informou que as atribuições da CT-OL são: **i.** Analisar e manifestar-se, sobre propostas ou questões específicas, nos seguintes assuntos: a) reenquadramento de corpos d´água; b) regulamentação de áreas de proteção ambiental – APAs; c) questões de uso do solo e planejamento regional; d) aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos; e) conflitos de uso de recursos hídricos; **ii.** Efetuar diagnóstico, análise e proposição de critérios e procedimentos no que se refere a outorgas e licenças, com o objetivo de: a) racionalizar os procedimentos para a emissão, pelos órgãos competentes de outorga para o uso da água e licenciamento ambiental; b) integrar os procedimentos dos órgãos competentes na emissão de outorgas e licenças visando à agilização de processos e benefícios aos usuários de recursos hídricos; c) definir critérios técnicos para constar no Plano de Bacias; **iii.** colaborar na elaboração do Relatório de Situação de Recursos Hídricos e do Plano de Bacias Hidrográficas; **iv.** deliberar sobre solicitações de inclusão de novos membros na CT-OL; **v.** elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno; **vi.** elaborar seu Plano de Trabalho e cronograma de atividades, ao início de cada mandato. Em seguida, informou que a Secretaria Executiva encaminhou informações sobre um fórum promovido pelo SP Águas, que incluiu um diálogo entre os setores. O link foi compartilhado com os membros, como parte do esforço de integração entre os procedimentos dos órgãos competentes. Mencionou que há sugestões e pontos que devem ser revistos nos procedimentos de outorga, convidando os membros a acompanharem e contribuírem com esse processo. Na sequência, apresentou o plano de trabalho vigente, elaborado para o ano de 2024-2025. Explicou que, na Categoria B, optou-se por manter temas mais abrangentes com o objetivo de viabilizar futuras atualizações conforme surgissem mudanças na legislação. Entre os temas de discussão, mencionou: **i.** desenvolvimento de atividades relacionadas à efetivação e alteração da classe do rio Jundiaí, no âmbito do

enquadramento; **ii.** integração de legislações voltadas à regularização dos usos e interferências em recursos hídricos, envolvendo não apenas outorga, mas também aspectos ambientais. Informou que, em 2025, o plano de trabalho chegou à 6ª edição do Webinário sobre o Rio Jundiaí, realizado de forma virtual desde a pandemia. Apresentou uma proposta de reformulação para o próximo biênio (2026–2027) de Temas para Discussão (B) visando ampliar os temas abordados e modificar o formato do evento. Entre as alterações propostas, destacou: **i.** desenvolver atividades relacionadas ao enquadramento dos corpos d'água; **ii.** integração de legislação voltada à regularização de usos e interferências em Recursos hídricos em meios urbanos e rurais; **iii.** revisão da Política de Outorgas e Licenças dos Comitês PCJ, Programas e Plano de Ação. Na categoria C (eventos), informou que, desde o início da pandemia, os eventos vêm sendo realizados em formato online. Propôs que, a partir do próximo ano, o formato seja repensado. Sugeriu a realização de uma visita monitorada ao rio Jundiaí, desde a nascente até a foz, atividade já desenvolvida pelo Prof. Cláudio Cunha. Ressaltou que, embora os webinários tenham proporcionado aprendizado significativo como o evento deste ano, que tratará de temas como legislação, enquadramento e os principais atores envolvidos, a atividade de campo poderá oferecer uma vivência mais concreta e enriquecedora sobre a realidade do rio. Apresentou um mapa com o trajeto da visita, totalizando cerca de 123 km, com paradas em diversos municípios. Diante disso, informou que os membros poderiam contribuir com as propostas dos temas de discussão e o formato do evento, a serem enviadas por e-mail, para consolidar e finalizar a minuta do plano de trabalho do biênio 2026–2027. **5. GT-Usos: Proposta e inscrições da Capacitação (15/10/2025):** o Sr. Antonio Lopes, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e coordenador do Grupo de Trabalho de Usos da Água, Legislação e Difusão de Informações em Recursos Hídricos (GT-Usos da Água e Difusão) informou foi elaborado uma proposta de capacitação sobre "Demanda Hídrica para Irrigação", construída em conjunto com o Sr. Júlio Cesar Thoaldo Romeiro, diretor da CATI de Presidente Prudente, especialista na área de irrigação. Ressaltou que a atividade tem como foco principal a capacitação voltada à estimativa da Demanda Hídrica para Irrigação. Mencionou que a proposta busca contemplar, de forma objetiva, os principais elementos necessários, desde os cálculos básicos até o uso de softwares e ferramentas já disponíveis. Informou que existem plataformas que realizam cálculos automáticos com base em dados de estações meteorológicas distribuídas pelo estado, facilitando o processo de estimativa da demanda hídrica. Comentou que a proposta prevê a abordagem de aspectos teóricos, análise de conflitos em determinadas regiões e orientações sobre como proceder na solicitação e gestão de recursos hídricos em situações de conflito. O objetivo é promover um nivelamento técnico entre os diferentes perfis profissionais que compõem a CT, considerando que há participantes com experiências tanto na área urbana quanto na rural. Informou que o material da capacitação ainda está em elaboração e permanece aberto para sugestões. Convidou os membros a contribuírem com propostas de ajustes ou complementações, as quais poderão ser avaliadas em conjunto com o técnico responsável. Em seguida, a Sra. Ariana explicou que, no estado de São Paulo, a outorga ainda é concedida com base no pedido do usuário. Informou que em outros estados já existem sistemas simuladores que calculam a outorga de forma mais precisa. Destacou que, especialmente na área de irrigação, o órgão gestor realiza o cálculo da vazão solicitada considerando informações como área de irrigação, cultura e método empregado, concedendo a outorga com base nesses dados, e não apenas no valor solicitado. Reforçou a importância do tema durante as discussões do GT-Usos da Água, sobretudo em função da revisão atual das outorgas, que pode resultar em alterações nas normas. Informou que será disponibilizado um link por e-mail para inscrições no evento relacionado ao tema. Ressaltou que embora outras Câmaras Técnicas tenham interesse em participar, a prioridade será dada aos membros da CT-OL devido ao limite de vagas. Nesse sentido, explicou que após o fechamento das inscrições dos membros da CT-OL, será

avaliada a disponibilidade de vagas restantes para convidar outras CTs interessadas. **6. GT-Enquadramento: 6º Webinário "Conversando sobre o Rio Jundiaí - Desafios do enquadramento":** A Sra. Ariana informou que, no dia 23/09, será realizado o Webinário em comemoração ao dia do rio Jundiaí, conforme previsto no plano de trabalho 2024-2025. Destacou que o evento será uma oportunidade para refletir sobre os avanços e desafios relacionados às metas do Plano de Bacias, considerando que restam apenas 10 anos para o cumprimento das metas estabelecidas. Comentou que o foco será avaliar o que já foi alcançado, o que ainda precisa ser melhorado e identificar os atores responsáveis por essas ações. Ressaltou que, embora o uso da água e o enquadramento dos corpos hídricos sejam temas recorrentes, é fundamental discutir a responsabilidade pela implementação e manutenção das metas que, embora recaia de forma geral sobre a sociedade, também envolve atores específicos. Explicou que, neste ano, a proposta do webinário será ampliar o debate contando com a participação de representantes da Secretaria e de usuários da água, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre quem são os responsáveis pelas ações e quais estratégias devem ser adotadas para garantir a manutenção do enquadramento do Rio Jundiaí, uma vez que ações pontuais nem sempre geram resultados sustentáveis a longo prazo. Informou que o link de inscrição já está disponível no site dos Comitês PCJ na página do evento, e que os certificados de participação serão emitidos apenas para os inscritos com registro de presença no chat do YouTube. Informou que os materiais e informações adicionais serão encaminhados aos membros por e-mail. Complementando, o Sr. Danilo Resende de Moraes, representante da DAE Jundiaí reforçou a importância da participação da sociedade civil nos processos de enquadramento dos corpos hídricos. Destacou que, embora o enfoque geralmente recaia sobre aspectos técnicos e econômicos, é essencial incluir a sociedade nesse debate. Mencionou o documento "Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil", publicado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em 2019, que trata especificamente da importância da participação social em todas as etapas do enquadramento: diagnóstico, prognóstico e elaboração do programa de efetivação. Ressaltou que, de acordo com a ANA, a definição das metas de qualidade da água deve considerar as necessidades da sociedade e que a gestão da qualidade da água no país deve integrar as esferas institucional, técnica e social. Mencionou que com a criação da Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997), os enquadramentos eram definidos exclusivamente pelo poder público, com pouca ou nenhuma participação da sociedade, e a partir da lei, o processo passou a ter caráter descentralizado e participativo. Reforçou a necessidade de divulgar amplamente os resultados e metas estabelecidas para o Rio Jundiaí, além de informar à população sobre os responsáveis pela implementação das ações, de forma que seja possível acompanhar e cobrar o cumprimento das metas progressivas e finais. Destacou que, segundo seu conhecimento, o último relatório publicado é referente ao biênio 2021–2022, e considerando a obrigatoriedade de publicações bienais prevista nos documentos da ANA, seria necessário emitir o relatório correspondente a 2023–2024, ainda este ano. Ressaltou a importância de envolver a sociedade de maneira mais ativa, por meio de pesquisas, escutas presenciais ou pela participação de instituições como prefeituras, empresas de saneamento, universidades e escolas. Complementou a informação da Sra. Ariana sobre a proposta de realização da visita ao rio Jundiaí, da nascente à foz, com a possibilidade de realizar gravações e registros fotográficos para posterior divulgação. **7. Outros assuntos:** A Sra. Ariana abriu a palavra para outros assuntos. Em seguida, a Sra. Ariana mencionou sobre o Fórum SP Águas, que será realizado no dia 27 de agosto, às 13h. Explicou que essa etapa dá continuidade à Tomada de Subsídio nº 01/2024 e aos Diálogos Setoriais, realizados entre 18 e 25 de agosto, avançando na construção da Deliberação Geral de Outorgas. O encontro tem como objetivo promover a discussão interna sobre a revisão e consolidação das normas relativas à outorga de uso de recursos hídricos e às interferências. Informou que esse trabalho resultará na futura Deliberação Geral de Outorgas, instrumento central para o disciplinamento do uso da água no estado

de São Paulo, conforme previsto na Ação 2.1 da Agenda Regulatória 2025-2026. Ressaltou que sugestões e contribuições podem ser encaminhadas no e-mail da CT-OL até o dia 26 de agosto. Em seguida, os membros discutiram sobre o conteúdo apresentado. Após as discussões, todas as dúvidas foram esclarecidas. A Sra. Ariana agradeceu as contribuições e seguiu para o próximo item de pauta. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, coordenadora da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Ariana Rosa Bueno Damiano
Coordenadora da CT-OL

Cláudia Debroi de Campos
Coordenadora-adjunta da CT-OL